



Comunicação entre desiguais: trabalhadores e radiofonia no oeste do Paraná

Communication between Unequals: Workers and Radiophony in the West of Paraná

SHEILLE SOARES DE FREITAS

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

<http://orcid.org/0000-0002-8960-8068>

sfsheille@gmail.com

Abstract: This work brings reflections on the relationship between workers and the media, particularly through Radio Difusora, a broadcast started in the mid-1960s in south-western Brazil. It will prioritize discussing how this topics take part in this interchange, not only as “listeners”, but as subjects capable of interacting with these broadcasts – placing their demands and social tensions in the journalistic agenda. In a dense and controversial plot about the images produced by this dialogue, this study proposes to discuss the force fields that permeate such an encounter and the way how the academy conveys its analytical efforts involving the media.

Keywords: Radio Difusora; Workers; Communication practices; Power relationships; Brazil.

Resumo: Esta proposta traz reflexões sobre a relação mantida entre trabalhadores e os meios de comunicação, particularmente a partir da Rádio Difusora, desde meados da década de 1960, no oeste do Sul brasileiro. Prioriza-se a discussão sobre como esses sujeitos tomam parte nesse contato, não só como “ouvintes”, senão como sujeitos capazes de interagir com essas emissões – postulando na agenda jornalística suas pautas e as tensões sociais. Em uma trama densa e controversa sobre as imagens produzidas nesse diálogo, propus discutir o campo de forças que tangencia tal encontro e o modo como a academia traduz seus esforços analíticos envolvendo os meios de comunicação.

Palavras-Chave: Rádio Difusora; Trabalhadores; Práticas de comunicação; Relações de poder; Brasil.

Certa ocasião, quando trabalhávamos na seleção de materiais que integram um amplo acervo radiofônico, deparamo-nos com a materialidade de um intenso fluxo de cartas e demandas que chegavam com destino à emissora em questão. Naquele momento, em meados de 2010, frequentávamos os corredores da Rádio Difusora, em Marechal Cândido Rondon, extremo oeste do Paraná – no Sul do Brasil.¹

Essa emissora iniciou seus trabalhos em novembro de 1966, seis anos após a emancipação do município. Pertencia ao grupo político que compunha e tinha ligação com os principais cargos da Prefeitura Municipal, incluindo o prefeito Arlindo A. Lamb. A Rádio Difusora foi a primeira concessão de rádio para a cidade, feita junto ao governo militar, que imperava autoritariamente no Brasil naquele momento. Ali iniciavam-se as atividades da emissora como expressão desses interesses que, em grande medida, dirigiam os rumos e ambições das práticas de comunicação da Rádio Difusora nas suas primeiras décadas.²

Hoje, após meio século de existência, havendo duas outras emissoras na cidade, além de um novo grupo político à sua frente desde 1993, ainda é possível considerar que as intenções de manter-se com uma prática de comunicação influente na formulação de visões sobre a dinâmica histórica e modos de viver na região permanecem, mesmo que ao longo desse tempo a emissora tenha alterado as programações, reestruturado o pessoal e os aparatos técnicos, além de ampliar o alcance de sua audiência. Esta última permite alcançar, atualmente, as cidades do Oeste do país, localizadas no oeste do Paraná e sul do Mato Grosso do Sul e, também, algumas localidades do Paraguai (país fronteiro à cidade e à região).³

Ao reconhecer esses elos e parte das intencionalidades que animavam essa articulação no funcionamento desse meio de comunicação, reafirmamos, naqueles idos de 2010, nosso interesse em analisar seu acervo. Apesar das possíveis preocupações, comuns àqueles que se embrenham na busca por evidências (que permitam explorar historicidades e questões sequestradas da ampla e densa trama social), confesso que vez ou outra desviávamos nossas atenções das centenas de encadernações jornalísticas,

¹ Entre as questões e historicidades depreendidas do conjunto dessa documentação, destaco alguns trabalhos que produzimos ligados à leitura e à sistematização desses materiais. Entre outros, ver: Freitas e Santos (2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2016). Atualmente, o acervo composto pelos encadernados do radiojornalismo da emissora se encontram sob guarda do Núcleo de Pesquisa e Documentação do Oeste do Paraná CEPEDAL, UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon-PR.

² Gonsalves (2015, 32-36), ao analisar em sua dissertação um dos programas realizados pela emissora, destaca e reinterpreta as articulações realizadas para a obtenção da concessão, bem como elenca ações subsequentes que garantiram (e até expandiram) o funcionamento e o campo de ação da emissora.

³ Para observar alguma das ações para manutenção de uma memória, desbravadora e lisonjeira desse empreendimento empresarial e político, conferir a matéria realizada por um periódico impresso da cidade, em 2016, durante a comemoração dos 50 anos da emissora, intitulada “Rádio Difusora: 50 anos com os ouvintes de Marechal Rondon e região”. *O Presente*, 25 nov. 2016. Para mais detalhes sobre a atual programação da Rádio Difusora, ver: <https://radiodifusora.net/>.

produzidas desde a segunda metade da década de 1960, para acompanhar aquela ordinária prática de comunicação. Mesmo diante do formidável potencial de pesquisa daqueles materiais, admito que nosso interesse por aquele acervo talvez contasse com uma energia que aparecia condensada no frenesi das intercomunicações manifestadas naquele presente (que reclamava uma atenção interpeladora).

Essa oscilação na energia desprendida, que exercia uma alternância no foco da nossa atenção, sugeriria uma reflexão que agora espero compartilhar. Dez anos depois, retomo uma problemática que não surgiu da exclusividade daqueles episódios. Antes, aqueles instantes de *desatenção* fustigavam uma velha discussão, marcada por controvérsias, ainda capazes de provocar debates acalorados entre os que se ocupam da investigação de processos de comunicação na sociedade capitalista.

Portanto, espero contar com a disposição de leitores inclinados a se ater a borrões que atormentam a memória de uma historiadora disposta a externar suas impressões sobre a rede de implicações que envolve um ponto bastante específico dentro desse emaranhado campo de observação e envolvimento. Refiro-me à relação mantida entre trabalhadores e os meios de comunicação, particularmente a partir da Rádio Difusora.

Para tal, estou disposta a revisitar aspectos dos meus supostos de reflexão. Em último caso, algo que diz respeito às próprias conclusões oferecidas ou mesmo àquelas com as quais fui e sou confrontada. Para início de conversa, é provável que seja importante começar por aquele instante em que a forma sugeriu o conteúdo. Retomo evidências próprias da historicidade daquele ano de 2010, indicando a materialidade do provocante fluxo de cartas e demandas endereçadas à Rádio Difusora.

Entre as muitas mensagens analisadas, deparei-me com a produzida por Eunice. Sua intervenção se justificou em virtude de uma promoção da emissora, em que aqueles que escrevessem à rádio, respondendo à pergunta sobre quais eram os supermercados que davam cestas de natal, teriam a oportunidade de participar de um sorteio.

As instruções de formulação da carta eram bastante claras. Além das informações referentes à identificação do escritor e à forma de contatá-lo, tudo o mais se resumia a redigir os nomes dos supermercados (que associados à emissora buscavam aproximação com pessoas como Eunice, dispostas a se relacionar por meio dessa prática de comunicação). Porém, a iniciativa dessa interlocutora extrapolava as prescrições editoriais, ocupando esse espaço com suas próprias questões – elaboradas segundo um repertório que guardava determinada congruência com as condições e aspirações manifestas em seu modo de vida.

Querida Sabrina,

Gostaria muito de ser sorteada com uma cesta de natal, para presentear meu esposo Delson. Delson é cadeirante e dependente, depois de sofrer um acidente de trabalho em março de 2.000. Como diz o velho ditado: “Quem não é visto, não é lembrado”. O que é uma dura

realidade. E momentos e gestos, pequenos como estes são importantíssimos, para quebrar a rotina, que às vezes é tão penosa.

Desde já agradeço a Rádio Difusora e aos mercados desta promoção.⁴

Ao considerar os termos dessa narrativa, entendo que o vocabulário acionado pela narradora não negligenciou seus interesses – ainda que tenha atendido à enunciação dos marcos de deferência e ajustamento instigados pelos mercadores da comunicação. Afinal, pronunciou a pretendida vinculação com a “querida” locutora, saudou como “importantíssimas” as ações análogas a tais campanhas e “agradeceu” a todos os negociantes envolvidos com a promoção.

Em consonância com a complexidade que envolve condutas dessa natureza, admito que essa posição narrativa se rende ao efeito das imagens de sujeição pleiteadas e irradiadas por seus mediadores. Porém, argumento em favor da percepção de uma prática que extrapola a ideia de uma emissão enquadrada como a literalidade da subserviência – invariavelmente apontada como índice comprobatório de aquiescência, previamente determinada pelos que detêm os meios e os meandros de enredamento dessa comunicação.⁵

Por tudo isso, vislumbro a possibilidade de identificar a elaboração das visões enunciadas por seus narradores – conforme os limites e potencialidades desse campo de diálogo (marcado pela desigualdade entre seus interlocutores). Acredito que, talvez, não só os acadêmicos saibam, ou desconfiem, que empresas de comunicação e demais empresários associados (tais como as unidades de varejo integradas na promoção em destaque) esperavam uma conduta tal qual a empreendida por Eunice.

Mas, caso estejamos dispostos a indagar sobre as percepções daqueles que recebem a mensagem radiofônica direto ao “pé do ouvido”, inclusive nos momentos em que hipotecam certa legitimidade a tais fustigações, precisamos reconhecer que a composição dessa lisonja sugere um conseqüente enredo de convencimento. Convencimento esse afeito não apenas aos desejos dos editores da programação radiofônica, mas, também, daqueles que tomam parte nessa relação, não só como “ouvintes”, senão como sujeitos capazes de interagir com essas emissões.

⁴ Eunice em carta enviada à Rádio Difusora do Paraná, solicitando inscrição em sorteio de cestas de natal, 19 de dezembro de 2010. Acervo pessoal.

⁵ Sobre o amplo e diversificado universo de abordagens que analisam o processo de constituição de ações impetradas nas práticas de comunicação da imprensa, em suas variadas expressões e aportes midiáticos, destaco reflexões que, apesar de negligenciarem e/ou subestimarem as possíveis disjunções entre produção e recepção das mensagens emitidas por essas empresas, alcançaram, a seu modo, uma complexidade admirável em seu campo de visão. Refiro-me àquelas investigações que até admitem, como argumentou Barbosa (2006, 262-263), que “a existência de diferentes leitores é algo necessário a pensar”, mas, afastando-se desse propósito, acentua que “importa também discutir sobre quem são os ‘donos da mídia’ no Brasil, como as redes de comunicação e informação se organizam, quais seus métodos de trabalho, suas articulações com a sociedade, seus sujeitos”. Além da autora, sugiro interpretações que, invertendo o polo da análise, atentam-se a empreendimentos de comunicação tidos como contra-hegemônicos, elaborados por trabalhadores e/ou suas organizações e associações. Ver, dentre outros: Rosa (2011), Silva (2013), Souza (2005) e Vreeswijk (2008).

A partir desses contornos, vejo a definição de um diálogo que demanda sua própria concatenação, marcado por um processo de comunicação que guarda suas evidentes ambiguidades e seus desconcertantes imprevistos. As nítidas palavras de reverência pronunciadas por quem “gostaria muito” de ser agraciada com uma cesta de alimentos se acomodariam no estranho voluntarismo da resignação, não fosse a efetiva solicitação e a vívida disposição de ambientar o fio da história. A partir da anunciação do amplo repertório de agruras da “dura realidade” vivida por um casal de trabalhadores, Eunice se comunica com os ouvintes e pronuncia as angústias de sua vida em um sorteio que parece ser dirigido a pessoas como ela – afeitas ao compartilhamento de incômodos e embarços próprios de sua condição de classe.

Afinal, quem mais veria numa limitada fração de mantimentos a motivação para a escrita de uma carta? Que sujeitos estariam dispostos a exibir suas dificuldades para o conjunto da audiência que acompanha a programação da emissora?

Talvez só justamente aqueles que se identificavam com os dizeres do “velho ditado”, recorrentemente acionado por sua recomendada (e impositiva) aparição na cena social, como se seus manejadores se investissem da legítima licença para a súbita intromissão – até em suas feições menos convenientes. Ademais, o propósito era fazer-se notar, a ponto de não poder ser ignorado nessa relação desigual.

Essa espécie de diretriz moral, reivindicada a partir de um aforismo de autoria anônima, asseguraria a importunação manifestada em sua interferência (também) no espaço daquela produção radiofônica, em que expõe nuances de sua vida – induzindo à compreensão de que sua pauta precisa ser acionada. A conquista desses “momentos” e “gestos”, reconhecidamente “pequenos”, abre um feixe de tensões sobre o que Eunice, pontualmente, anunciou como sendo uma “dura realidade”. A presença social provocada por sujeitos como Eunice é notória. Então, busquei evidências dessa energia e dos liames que engendram a potência de suas ações. Antes, porém, precisava reexaminar referenciais de investigação que formaram minha sensibilidade e inspiraram meu olhar.

PRÁTICAS DE COMUNICAÇÃO E PESQUISA HISTÓRICA

Considero que discutir certos procedimentos pode fomentar reconsiderações sobre usos e processos investigativos, que surgem ao tratar as variadas vertentes de práticas de comunicação como fontes históricas. Essa é uma inflexão que pode apontar elementos expressivos desse exercício reflexivo – ainda que sendo parte de um ofício composto por controvérsias, mesmo quando enunciado em um vocabulário aparentemente comum, ou a partir de um lugar político tido como compartilhado.

Inicialmente, destaco a produção de Cruz e Peixoto (2007), em que apresentam referenciais reverberados em um processo mais amplo de discussão.⁶ As pesquisadoras

⁶ Articulação estabelecida a partir do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) em 2000. O projeto se desenvolveu em torno do eixo “Cultura, Trabalho e cidade; muitas memórias,

colocaram em retrospectiva a relação entre história e imprensa, buscando, prospectivamente, refletir sobre os “usos” que historiadores fizeram e fazem da documentação produzida a partir desses meios de comunicação.

As autoras deixaram claro o que as motivavam, afirmando a necessidade de “avancar na discussão de um repertório de procedimentos teórico-metodológicos” capazes de tratar o amplo e variado material periodista enquanto “fonte de pesquisa” historiográfica. Reivindicavam a explicitação de procedimentos que extrapolassem as “advertências introdutórias sobre o caráter ideológico do discurso da imprensa, de seu comprometimento com os interesses imediatos de proprietários e anunciantes” (Cruz e Peixoto 2007, 253; 256), e expunham a recorrência de “usos” que lhes pareciam excessivamente funcionalistas. Em tom de denúncia declaravam:

em monografias, dissertações e teses, nas quais vez por outra, a imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária, as publicações são tomadas como meras fontes de informação. Via de regra, o que prevalece é uma pesquisa sobre o assunto em pauta, na qual artigos e seções identificados são imediatamente deslocados dos veículos e integrados, sem quaisquer mediações de análise, ao contexto macro da pesquisa (Cruz e Peixoto 2007, 256).

Segundo destacaram, essa prática teria se alastrado na conduta acadêmica tanto quanto nas ações voltadas ao ensino (em razão de sua gradativa e almejada incorporação nessa frente de trabalho), prevalecendo a carência de “mediações” e “análises” que associassem “o contexto macro da pesquisa” às pautas mais específicas, próprias dos interesses dos investigadores que se socorriam desses materiais de forma declaradamente unilateral.

Tais objeções se dirigiam às circunstâncias em que os registros produzidos pela imprensa eram identificados e chamados a evidenciar questões ou temáticas que não elegiam as práticas dos meios de comunicação (empresas, programas, seções etc.) como o próprio “objeto” da pesquisa. Daí a especificação destinada a qualificar as ocorrências em que a “imprensa é apresentada como fonte subsidiária ou secundária”. Assim, restaria a iniciativas visualizadas a partir dessa faixa de ação observar pontos de junção entre os “meios” e “mediações” que haviam constituído os fragmentos catados aqui e acolá por historiadores que lidavam apenas pontualmente com séries documentais mais ou menos extensas.⁷

Em razão do posicionamento que tenho nesse debate, preciso indicar minha faixa de interesse. Faço parte dos muitos que reconhecem a relevância dessa documentação na investigação histórica, mas que se comportam com atitudes semelhantes àquelas

outras histórias”; contando com professores e estudantes vinculados a Programas de Pós-Graduação em História, ligados a PUC-São Paulo, Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Estadual Paulista de Assis, entre outras.

⁷ De forma geral, cumpre indicar, a partir desses marcos de reflexão, as influentes produções de Martín-Barbero (1997), Sarlo (2005) e Williams (2007); autores que, conforme essa determinada inserção, pautaram muitos dos referenciais mobilizados para abordar esse campo de investigação.

manifestas por garimpeiros, que selecionam materiais bem específicos em um conjunto maior a ser vasculhado; que, apesar de entrar em contato com superfícies mais amplas, restringem-se a insumos valorizados conforme propósitos confessadamente dirigidos.

Mesmo neste texto (em que talvez esteja mais próxima das ideias mais generalistas e sistêmicas manifestas nas grafias de palavras como imprensa, mídia ou meios de comunicação), resta o claro interesse em não me ater a essas imagens mais genéricas. Pois, prevalece uma problemática que justifica meu interesse pelo contato com esse espaço de comunicação; o qual é acessado pela disposição em evidenciar a dinâmica em que trabalhadores confrontaram suas condições e expectativas com determinadas práticas e sujeitos – envolvendo-se em certas relações de poder, as quais se constituíram na razão de minha mobilização.

Então, por mais que (em tese) concorde com as provocações bastante argutas das autoras, não estou certa do alcance de suas advertências. Além de outras questões que poderiam ser apontadas, as provocações das autoras apresentam um entendimento subjacente: onde quanto mais próxima estiver de elementos característicos do que se convencionou chamar de “história da imprensa” (ou mesmo “história da mídia”), mais congruente será minha posição frente à sua circunscrição analítica, reconhecendo-a “como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas” (Cruz e Peixoto 2007, 257).

Ao não me objetar ao escopo desse suposto, receio que, apesar de sustentar a pertinência da seletividade de pautas específicas, com problemáticas e questões abertamente delimitadas, seja cobrada por certas abordagens que sustentam, ora que as importantes advertências feitas pelas autoras só poderiam ser contempladas se construíssemos narrativas paralelas sobre genealogias de empresas de comunicação, ora se fizéssemos conjecturas de quadros destinados a caracterizar épocas e o que seriam suas consequentes engrenagens de estruturação contextual – como se existisse um protocolo imprescindível, irretocável e pouco afeito a manejos e scripts singularizados.

Mesmo com um senso compartilhado de defesa dessa ementa, posições controversas parecem ganhar vulto quando as investigações que se orientam em função de tais expectativas apresentam os percursos alternativos que trilharam. Nesse ponto, os aspectos e sentidos empregados para designar “historicidades” e “conjunturas” guardam suas próprias controvérsias. As desqualificações adjetivadas em sentenças como “meras fontes de informação” tornam o debate mais complicado, pois não há quem discorde do desprestígio de procedimentos com esses contornos. Porém, não são incontestes as circunstâncias em que se observa o emprego de tais repertórios acadêmicos.

Ainda que acolha a assertiva das autoras sobre a necessária relação entre o fragmento jornalístico destacado, o meio de comunicação em que está inserido e o momento histórico em que foi produzido (Cruz e Peixoto 2007, 260), considero que essa relação sempre estará sujeita à sua devida calibragem. E aqui o problema se revela em sua complexidade.

A efetiva existência de visões distintas no proceder com a documentação se apresenta na materialidade das pesquisas realizadas. Nelas emergem as admoestações quanto às

negligências, recusas e/ou contestações. Destaco alguns desses pontos de inserção feitos por aqueles que vasculharam, tal como eu, os arquivos da rádio Difusora, percorrendo as pautas do Jornal Frente Ampla de Notícias.

Para manter um ponto de contato que sugira maior aproximação, observemos as considerações feitas por Pereira (2014), que também se posicionou naquela faixa que congrega iniciativas problematizadas por Cruz e Peixoto (2007).

O foco de suas preocupações perpassou a investigação de experiências daqueles “que trabalharam em um frigorífico de abate de porcos em Marechal Cândido Rondon-PR durante os anos de 1960 a 1980”. Pereira declara que as fontes jornalísticas cumpriam a função de “revelar pontos e posicionamentos importantes sobre o contexto histórico estudado”, não titubeando em afirmar que esses materiais eram buscados com o interesse de “reconstruir um cenário histórico cujas relações sociais, econômicas e políticas de Marechal Cândido Rondon-PR parecessem típicas da região Oeste do Paraná de 1970”. Ele destaca quatro pontos específicos: “a) instalação das fábricas e cooperativas agroindustriais; b) integração campo e cidade; c) migração de trabalhadores de todos os estados do país e d) delimitação dos espaços sociais da produção” (Pereira 2014, 8;15).

O autor, na constituição de sua narrativa, não se ateve a aspectos que informassem sobre a genealogia da empresa radiofônica, nem mesmo se embrenhou nas nuances de elaboração do programa jornalístico que produziu os registros por ele indicados como fontes. Ao contrário, expôs os limites de seu interesse, restringindo seu olhar aos seguintes contornos:

As fontes jornalísticas revelaram atenção especial à constituição do frigorífico Frirondon em fins da década de 1960 e início de 1970. As notícias associavam a construção do frigorífico ao progresso regional, pois a fábrica seria responsável pela integração da produção do campo à iniciativa de agregar valor à produção animal e vegetal em Marechal Cândido Rondon-PR (Pereira 2014, 16).

Com essa formulação, é possível notar certa omissão quanto a traços mais específicos da atividade radiofônica, tanto no âmbito de sua produção quanto em relação à linguagem formulada e suas mediações, privilegiando os informes referentes às definições contextuais, destinados à quase sempre prestigiosa ornamentação do “cenário histórico”. Aliás, a paisagem oferecida parecia trazer a límpida visão de vestígios “tipicamente” característicos do tempo e lugar em foco.

Assim, “reconstruir o cenário histórico” é o mesmo que oferecer uma perspectiva histórica sistemicamente estruturada, cujo ponto de chegada foi definido logo no início; uma atitude bastante pragmática, mas que expõe seu praticante a riscos de rasurar historicidades presentes no tempo e nas relações investigadas, tomando as tais fontes jornalísticas como informativo do real.

Mas Pereira (2014), de forma geral, parecia ciente das cobranças que poderiam advir dessas negligências; tanto que na delimitação inicial de sua pesquisa já se retratou:

não será possível, neste trabalho, realizar uma interpretação mais sistemática dessas fontes. Mesmo porque este não é o objetivo e nem o objeto desta pesquisa. Elas somente são im-

portantes para mim no diálogo problematizador com outras fontes, especialmente com as tabelas estatísticas e com as fontes orais (Pereira 2014, 16).

Uma vez montado o purgatório, é preciso confessar que já pronunciei frases de semelhante teor. Diria que possuo certa empatia com tais penitentes; expiei esse pecado com a mesma altivez (considerava que feitas essas enunciações me desvencilharia das acusações daqueles que esperavam que fizesse de meu interesse por essa documentação um “objetivo” e/ou um “objeto” em si). O problema é que mesmo estando de acordo quanto à recusa do (legítimo) estudo da imprensa como aparato autônomo (ainda que em algum momento essa atividade emancipada venha a ser reconectada à dinâmica social, seja ela mais ou menos ampla), restaria o desafio da “interpretação sistemática” dos fragmentos compilados do material selecionado para tratar como fonte.

Esse investimento, a favor de uma interpretação mais laboriosa (justificadamente fora dos marcos mais especializados da história da imprensa), pode sugerir um reordenamento da sistemática contextual oferecida, haja vista a confrontação de nossas hipóteses analíticas com as historicidades das evidências que destacamos, as quais nem sempre exploramos na potencialidade de sua constituição social. Essa maior diligência demanda que nossas problematizações assumam que o diálogo com os registros documentais seja, de fato, para perscrutá-los, e não somente listá-los e exibi-los como índices para verificação da teoria geral.

Refiro-me àqueles dispositivos discursivos, consagrados como clichês, que intercambiados de um texto a outro seguem o curso da naturalização, uma vez que ao satisfazerem-nos com seu hálito crítico nos eximimos de exercitar o efetivo escrutínio de sua materialidade histórica. Um caminho que pode confundir a metáfora do avanço do conhecimento amparado em costas de gigantes (entendidos como produções pregressas) com o mero debruçar sobre muletas alheias – essas checadas a partir de piscadelas, informadas pela conveniência de um senso político claramente definido, mas pouco examinado nos termos de sua constituição social.⁸

⁸ Pereira (2014, 16-17), assumindo a formulação proposta por Seibert (2008), promoveu a seguinte bricolagem de suas incursões no trato com os registros dessa imprensa: “Carlos Seibert, ao utilizar as matérias do Programa Frente Ampla de Notícias, chegou à constatação de que essas fontes indicam a articulação da classe dominante no processo de ampliação do capitalismo na região Oeste do Paraná. O autor explora a percepção de que a Rádio Difusora [...] foi um veículo de comunicação que abordou e legitimou o desenvolvimento da atividade industrial a partir da articulação e interesses de uma classe dominante local. Segundo Seibert, a principal estratégia de convencimento da Rádio é que a ‘indústria’ promove o ‘progresso’ e que, deste ponto de vista, se constitui enquanto argumento que legitima a instalação das indústrias. Além disso, o meu trabalho com essas fontes pôde revelar que a instalação do frigorífico esteve fortemente ligado à integração econômica entre campo e cidade, na formação das cadeias produtivas, na transformação econômica da *região*, na constituição de novas formas de viver e de trabalhar, bem como no movimento que articulou a migração de trabalhadores [...] para o Oeste do Paraná”. Notem como os supostos esclarecedores invadem a reflexão, deixando asfixiados os nexos que poderiam ser depreendidos da própria documentação. O arco da narrativa onisciente fecha o caminho da argumentação.

Então, como aproveitar a rica potencialidade dos esforços já empreendidos diante do confinamento vivido na sala que abriga a documentação fastidiosamente pesquisada? Como destilar as propriedades das evidências, tão custosamente identificadas e organizadas, a partir do nosso interesse e aplicação?

Schlosser (2001) também se deparou com essas questões em sua dissertação. Ela parece ter frequentado à exaustão a mesma sala da Rádio Difusora, a qual eu iria conhecer quase uma década depois. A autora, com uma pauta claramente definida, propôs investigar

as transformações produzidas na forma de cultivar a terra, bem como a reformulação do cotidiano das famílias de agricultores, operadas pelo processo de mecanização verificado no município. O estudo destes discursos revelou a dinâmica de ação do capital e suas relações endógenas e exógenas (Schlosser 2001, XI).

Roteiro que apesar de anunciar o seu enredo logo nas primeiras linhas de contato com o leitor assumiu o extenuante exercício de averiguação dos nexos teóricos possíveis de apreender do trabalho com a documentação, extremamente ligado à proposta da autora. Nesse contexto, ela nos diz: “a estruturação da modernização agrícola é estudada a partir das fontes jornalísticas, tendo como perspectiva a análise dos discursos produzidos por este meio de comunicação” (Schlosser 2001, XI).

A dedicação exibida pela autora ao buscar demonstrar a ligação das evidências com sua hipótese central é admirável. Coerente com a energia mais pujante de seus propósitos, a imagem que oferece delineia um foco de visão que pende claramente para “os meios” e as “mediações” construídas pela atuação da empresa radiofônica. Nesse contorno, destaca: “enfocamos questões que tratam da rádio enquanto agente atuante e capaz de produzir e reproduzir manifestações discursivas que facilitaram a transformação do cotidiano agrícola” (Schlosser 2001, 6).

Todavia, quanto mais atenção destinava a essas análises das “manifestações discursivas”, mais a autora se afastava da ideia inicial de um papel “facilitador” do engendramento de transformações pró-mercado exercido por essa comunicação radiofônica, passando a indicar um desempenho com potencial bem mais determinante. Com isso, a ênfase foi ganhando corpo; passou pela afirmação de que “o rádio foi o caminho utilizado para informar e repetir determinados valores aos agricultores, incitando o desejo de mudanças que permitiu a promoção das novas ideias e a incorporação das novas técnicas no campo” (Schlosser 2001, 14); e chegou ao ponto de flertar com a onipotência das pretensões registradas na documentação como sendo o ocorrido. Segundo a autora:

A estrutura jornalística representada pelo discurso noticioso cria e recria no ouvinte as circunstâncias apropriadas para o consumo e a aplicabilidade da mensagem. As ações interferem na opinião do ouvinte, sugerindo ao mesmo a atenção para as falas da administração pública. De forma especial, a atenção do público é direcionada para o ‘aprendizado’ que as palestras fornecem (Schlosser 2001, 21).

Mesmo no labirinto discursivo onde se meteu, destaco seus esforços em favor da visualização de um “canal de mensagem” que reconhecesse a pertinência de algo como um “estudo da recepção”. Embora tenha negligenciado aspectos expressivos dos nexos definidores dos próprios termos da relação entre “emissão” e “recepção”. Schlosser chama atenção para a necessidade da conexão do que concebia como dimensões distintas – ainda que, até chegar a esse momento de vinculação, os caminhos de investigação tenham se desenvolvido em trilhas paralelas.⁹

Apesar do realce destinado à estrutura de ação da atividade jornalística e a ênfase atribuída à aquiescência quase automática dos enredos e sentidos assimilados e/ou admitidos por parte dos “ouvintes”, prevalece no trabalho de Schlosser uma compreensão que é bastante significativa. Expressou uma dinâmica basilar do diálogo entre a iniciativa de comunicação dessa imprensa e a efetiva busca (e constante cativação) do seu público – delimitado nesse texto pelo interesse por envolvimento mantidos com e por trabalhadores.¹⁰

Sobre essa questão, Schlosser notou que “a programação da Rádio Difusora apresenta mudanças constantes em suas atividades, buscando envolver e despertar seus ouvintes [...] para seus programas cotidianos. Para tanto, são criados e recriados espaços com o objetivo de atrair o público” (Schlosser 2001, 19). Esse apelo às imagens de um processo de comunicação que se firma na historicidade da dinâmica social pode ser

⁹ A mensuração do que é assimilado pelo receptor, tendo em vista as expectativas concebidas inicialmente pelo emissor, talvez não seja algo tão claro nem tão simples de ser mapeado através de um processo comunicativo. Uma complexidade quiçá amplificada quando se supõem pontos de constituição e/ou investigação muito afastados entre esses polos de relação. Algo a que Juárez (2007, 115), analisando a relação entre “emissores e receptores na comunicação de massa”, fez questão de objetar: “Em toda comunicação se produz uma distorção devido ao ruído que supõe a interferência que media a transmissão da mensagem e a recepção da mesma. Distorção também seria o rumor, uma vez que a propagação da mensagem, de boca em boca, não garante sua fonte ou origem. Neste sentido, há que se citar o estereótipo como agente tanto de consenso e orientação, como produto ou potenciador da distância semântica existente entre a imagem mental, que tem o receptor sobre algo, e sua realidade objetiva”.

¹⁰ Essa posição interpretativa, que destaca o processo de cativação constantemente mobilizado pela empresa de comunicação, revela-se significativamente destoante daqueles sentidos que parecem ver na atuação dessa imprensa uma atividade que tem em seus interlocutores um público praticamente cativo e passivo, supondo uma audiência dada como estabelecida – e quase sempre facilmente influenciável. Sobre essas visões mais estáticas e deterministas, destaco um dos argumentos apresentados por Smaniotto (2008, 24-25) que, justificando o interesse por essa documentação, ao tratar da “formação e atuação da Guarda Mirim”, em Marechal Cândido Rondon, declarou que “[o] rádio era o melhor e mais acessível meio de comunicação à época. [...] [E]le tem funcionamento e peças simples, de baixo custo; também, pode ser acionado através de pilhas –dispensando a energia elétrica, e assim não se limitando aos lugares onde exista esta fonte de energia–, as ondas do rádio têm longo alcance, enfim, o rádio foi –e é– um dos meios de informação mais acessível à classe trabalhadora. Ainda, e talvez por isso, a repercussão e credibilidade que era depositada nas reportagens deste ‘aparelho privado de hegemonia’ faziam –como de certa maneira ainda fazem– da Rádio Difusora do Paraná uma formadora de opinião, crítica em favor dos valores conservadores (ditatoriais) que seus diretores defendiam”. Essa posição, elaborada por ocasião de sua dissertação de mestrado, não foi substancialmente alterada em trabalhos futuros, como se pode ver registrado em sua tese de doutorado (SMANIOTTO 2016, 17).

uma chave de identificação da correlação de poder delineada pelos sujeitos implicados nos registros da evidência em discussão.

Isso sugere envolvimento de trabalhadores com uma trama que em muitos sentidos pode (de fato) extrapolar suas possibilidades de definição e direção das pautas e enquadramentos abordados nas atividades jornalísticas. Porém, em outras circunstâncias e condições, inscrevem-se nessas pautas – por vezes invadindo o enredo previamente definido nos gabinetes editoriais, deixando suspensa a previsibilidade aspirada pelos idealizadores desse campo de ação.

UMA SINTONIA CONTROVERSA? PAUTAS E PLEITOS EM DISCUSSÃO

Ao vasculhar esses materiais, encontrei um vasto repertório de ações que buscaram deliberadamente influir nas mudanças e/ou permanências sociais que se coadunavam com o feixe de interesses e valores informados pelas condutas de comunicação. Algumas dessas ações conquistaram lugar cativo no universo mais amplo das reflexões acadêmicas, tornando-se recorrentemente alvo de debate – compondo, assim, um verdadeiro acervo das iniciativas burguesas encetadas pelo menos desde finais do século XIX no nosso país.¹¹

Parte expressiva dessas iniciativas podem ser visualizadas na documentação tratada neste texto. Entre elas, aponto a insistente expectativa em disciplinar a constituição do espaço urbano, ora apelando para aspectos de higienização ora de embelezamento, mas sempre informando essas expectativas de padronização a partir de referenciais morais e de funcionalidade, próprios dos interesses dos sujeitos contemplados em seus pleitos – ainda que prevalecessem na narrativa os contorcionismos retóricos da defesa do bem comum.

No final de 1966, com aproximadamente meia década de emancipação, Marechal Cândido Rondon estava em um processo intenso de crescimento populacional, embora não deixasse de ir configurando-se apenas como uma pequena cidade do oeste da região Sul brasileira (saindo de 12 mil habitantes, em 1960, para mais de 40 mil, em 1970). Nela, já prosperava a inveterada cobrança radiofônica quanto a “providências no tocante à execução rigorosa do Código de Posturas do Município”. Naquela ocasião, a emissora assumia para si tal apelo (declarando haver surgido “para servir e aconselhar”) e mirou, e disparou, em dois alvos específicos. Advertiu a respeito da “situação de constrangimento de algumas famílias que têm na sua vizinhança pessoas que criam suínos na cidade”. E apesar do tom inquisitorial, chegou a exercitar certa complacência, afirmando que “o rigorismo não irá ao ponto de proibir terminantemente o caso, mas enquadrará a situação em respeito à saúde”. O “outro caso é relacionado com a

¹¹ Entre algumas dessas reflexões, pinçadas na ampla capilaridade de seus registros, sugiro os seguintes trabalhos, tomados aqui como indicativos de iniciativas que tracejam um mapa mais geral: Lopez e Mustafá (2012), Maynard (2006), Oliveira (2015), Silva (2012), Souza (2008) e Teles (2008).

limpeza nas frentes dos lotes e prédios. Realmente constatamos que há lotes onde o mato cresce à vontade”; situação que justificaria o apelo por iniciativas que colocassem fim ao que notaram como flagrante desmazelo, pois esse fato daria “péssima impressão aos visitantes”.¹²

Aqui, apesar de estar ciente quanto ao modo elitista de distinguir, classificar e eleger modos de vida, tidos como mais expressivos e/ou condenáveis, tanto quanto à desigualdade na possibilidade de manifestação (e defesa) por parte dos sujeitos que os assumem em suas condutas, não tenho clareza sobre o teor puramente burguês dos sentimentos que se congregam nesta contestação. Tampouco estou convencida do papel decisivo e instantâneo proposto quanto ao fato de que o espalhamento desse sentimento seria a manifestação das mentes e corações conquistados fundamentalmente pela atuação do programa jornalístico.

A própria emissora, tratando (anos depois) sobre a persistência de uma dessas contestadas situações, oferece evidências de que a eficácia de suas operações (mesmo quando alcançada) pode demandar certa tenacidade e paciência.

Há muitos anos, desde que a cidade passou de vila sem expressão a uma cidadezinha já com foros de metrópole provinciana, um problema vinha afligindo e ainda aflige a sua população. É a criação indiscriminada, e sem maiores cuidados, de suínos no perímetro urbano. Autoridades já trataram disso. A Câmara já debateu o assunto. Esta emissora alertou para os protestos dos vizinhos, traduziu aqui suas palavras e pensamentos em torno do premente caso. Mas nunca houve uma atividade de maior intensidade, e os criadores de suínos no perímetro da cidade nunca deram importância ao fato, julgando que sempre ficaria como dantes no quartel de Abrantes. A implantação nesta cidade de um Posto de Saúde já fazia prever que um dia o assunto entraria em foco, para sua completa solução. E o momento veio agora.¹³

A pretendida mudança foi recolocada em pauta a partir do anúncio de que o momento de sua efetivação seria finalmente iniciado. Uma notícia que, talvez, contasse com a mesma convicção daquelas circunstâncias em que se atestam qualidades de um produto qualquer colocado à venda. Tudo isso, depois da narrativa de um enredo épico, marcado por ações cerimoniosas e resultados pouco comemorados. Por si só esse drama devesse revelar algo sobre as idas e vindas que compõem tais processos de pressão.

Colocar problemas dessa natureza na ordem do dia exige um esforço nem sempre considerado frente às devidas frustrações. Tal afirmação não pretende despertar nenhuma solidariedade e/ou empatia com os algozes. Antes, deseja associar artimanhas e reverses enfrentados pelos encantadores radiofônicos, que nem sempre se mostram muito constrangidos a declarar seus procedimentos mais sórdidos.

Senão, vejamos como confessam o ponto de vista narrativo, informado na linguagem que elaboram ao tratar dos melindrosos “assuntos policiais”. O grau de compro-

¹² *Difusora do Paraná*, 30 nov. 1966.

¹³ “Um problema que será solucionado”. *Difusora do Paraná*, 4 set. 1969.

metimento declarado não chega a ser surpreendente, mas reconheço que essa linguagem traz um tom intrigante e estarrecedor:

Rádio precisa de divulgação e sintonia; e sintonia é o que não nos falta. Porém, é preciso ativar a divulgação, abordando todos os setores. O pessoal da cidade e do interior adora uma fofoca e isto é o que nós também gostamos de fazer. Fazer, mas sem ferir ninguém, e dar maior ênfase ao assunto.¹⁴

Esclarecimentos com esse caráter ora antecedem ora cumprem a função de posfácio de ocorrências policiais narradas com tom deliberadamente pitoresco. A excentricidade cumpre a função de despertar o constante interesse pela sintonia, abordando com ares recreativos (e até mesmo inusitados) práticas diárias de repressão, dirigidas a determinados sujeitos (esses, por sua vez, golpeados por certas condutas e/ou valores).

Nesse enredo, as galhofas propõem naturalizar a punição. Não fossem abjetas (além de denotarem um ar de servilidade em razão das posturas sarcásticas dos locutores), talvez deveríamos render deferência pelo audacioso senso de ativação/interdição incitado por essas locuções.

Na madrugada de hoje, por volta das 3:30 horas, a polícia de nossa cidade, juntamente com elementos da guarda urbana, deram uma batida na zona de meretrício local. Foram encontrados três cidadãos, pensando que o local seria um hotel, e no final das coisas dormiram no xilindró. Foram eles, o cidadão Lino V... e Samuel F... Ambos não portavam documentos. Foi detido também o cidadão Osvino V..., mas este portava documentos. A polícia lembra que irá realizar batidas durante a semana, para impedir que o pessoal troque de hotel. Durante a semana se trabalha, e as noites são para descansar.¹⁵

O aguçamento suscitado nessa sintonia contém suas próprias sevícias. A violência flerta com a crueza da vigorosa falta de compromisso com os sujeitos nomeados e sobrenomeados na audiência de alcance público. No roteiro apresentado, os trabalhadores ocupam a posição de antagonistas diante dos impávidos integrantes da força policial, que cumpridores de suas batidas semanais os recolhem e fazem com que sejam penalizados a passar o restante da noite no “xilindró”. Por sinal, lugar tido como apropriado aos que confrontam a norma do toque de recolher noturno, especialmente observado pela ostensiva vigilância empregada nas duas décadas de atuação dos governos de sustentação militar no Brasil.

Naqueles tempos ditatoriais, que se prolongaram até o início da década de 1980 em nosso país, alguns meios de comunicação ganhavam impulso e apoio quando se articulavam aos interesses dos governos militares vigentes. Essa parceria vinha atrelada à promoção de certos padrões de condutas e controle, incorporando-os e naturalizando-os, em doses diárias a seus ouvintes. Nada que, ainda assim, não nos deixasse ver as forças desiguais e autoritárias atuantes nesse processo.

¹⁴ “Da delegacia de polícia”. *Difusora do Paraná*, 25 mar. 1967.

¹⁵ “Ocorrências policiais”. *Difusora do Paraná*, 14 mar. 1967.

Nesse enquadramento, as expressões contemporizadoras não prosperaram, uma vez que a condenação se refere a algo sugerido como notadamente reprovável. Ao evidenciar a clara contradição manifesta na consideração de que “fofocas” dessa natureza não pretendiam “ferir ninguém”, no mínimo esperavam que recaísse sobre esses cidadãos o mais severo estado de escárnio. Ademais, teriam cometido o desplante de negligenciar a sintonia moral mais cobiçada do adágio patronal, destinado a asseverar que “durante a semana se trabalha, e as noites são para descansar”.

Episódios diários que estabeleciam interdições amalgamadas em suas devidas congruências. Passíveis, assim, de culminar em associações autorreferentes, frequentemente arremetidas em fascículos cotidianos de admoestações.

Na noite de ontem, por volta das 22:30 horas, foi preso pelo guarda nº. 1.584 o cidadão Waldemar W... Na ocasião, o referido cidadão estava sem documentos, dormindo em uma construção da cidade. Além de dormir a sono natural, encontrava-se em estado de embriaguez. Interrogado pelo guarda, não pôde fornecer informações nem sabia que destino tomaria. Foi conduzido à delegacia de polícia, onde amanheceu bom e recuperado. Como já informamos, visitantes embriagados tem[sic] destino certo: “cana”.¹⁶

A identificação de tais registros torna bastante questionável qualquer narrativa histórica disposta a se desviar das evidências que fazem dessa pauta diretiva e ajustadora algo claramente predominante nos materiais jornalísticos. É igualmente notável o fato dessa trama ser marcada como o lugar por excelência de exposição dos setores populares, tornando-se território apropriado para apresentar tensões latentes e conflitos eminentes.

Porém, uma vez materializadas a profusão e as especificidades dessas e de outras táticas patronais, empregadas devido ao seu potencial propalador de interesses e valores burgueses, sugiro avançar para pontos através dos quais seja igualmente possível vislumbrar os modos como os trabalhadores agem no interior dessa arena. Aqui noto as tensões vividas em imagens que se querem de composição e consenso, apresentando disposição e recursos para explorar as evidentes fissuras abertas nas supostas aquiescências e aparentes sujeições.

DIÁLOGOS SINUOSOS: INFLUÊNCIAS E INTERDIÇÕES NA COMUNICAÇÃO ENTRE DESIGUAIS

Quando suscito essa abordagem, levo em consideração uma clássica objeção formulada por Adorno (2009). Ainda na década de 1960, ele problematizou os argumentos de Kracauer (2009) ao considerar as percepções engendradas por moças entusiasticamente interessadas no cinema, que despontava como um crescente gênero industrial de comunicação.

¹⁶ “Atividade da guarda urbana”. *Difusora do Paraná*, 30 jan. 1967.

Adorno (2009, 12-13), apesar de sublinhar em seu compatriota certa proximidade quanto às críticas dirigidas às intencionalidades do que cunhou como indústria cultural, relutava em admitir algo que não fosse a predominância da imposição dos valores e interesses presentes nessas produções sobre sua “vasta massa” de receptores. Predominava em sua conduta a desconfiança quanto às ambiguidades de seu contraditor, pois “sua relação com os *media* de massa jamais se tornou tão ríspida como faria esperar sua reflexão sobre os efeitos deles” (Adorno 2009, 13).

Então, Adorno, apontando carência de evidências nos supostos de Kracauer (que apesar de bastante sugestivos, pouco se preocupavam em ir além das alegorias delineadas nas ações dos diferentes sujeitos tomados em sua relação com esses meios de comunicação), alegou a inconveniência desse flanco de reflexão – culminando por questionar a influência exercida nas distintas manifestações da indústria cultural. Nesse sentido, argumentou que “esses *media* são isentados de responsabilidade, na medida em que não se possa demonstrar com rigor que desgraça eles provocam. A análise daquilo mesmo que oferecem mostra, ao menos, que eles dificilmente poderiam provocar algo diferente de uma desgraça” (Adorno 2009, 13).

Pouco se desatou desse nó. Em seu aspecto geral, ora se reivindica que as pretensões formuladas nos meios de comunicação sejam tomadas como efetividades consagradas nas consciências e práticas dos que são atingidos por seu raio de ação; ora, em sentido destoante, surgem as alegações de que as coisas não devam ser tidas de forma tão automática assim, haja vista a margem de ponderação e ação dos que tomam conhecimento dessas ambiciosas insuflações dirigentes.

Nessa encruzilhada, parto de um posicionamento bem específico. Antes de definições muito restritivas, o principal passo a ser dado é manter o zelo pelo vigor das indagações como horizonte de reflexão, interrogando os sentidos assumidos por seus praticantes. Nesse ponto, tenho em mente a formulação de Hoggart (1973, 9), quando, na década de 1950, indagava-se sobre até que ponto “as modificações que se deram na cultura das classes proletárias”, durante a primeira metade do século XX na Inglaterra, poderiam “ser atribuídas à influência das publicações de massa”.

Mesmo nas conclusões, ao investigar “*As utilizações da cultura*”, ele se perguntava: “Como podemos resumir os efeitos prováveis das publicações de massas, jornais diários e de domingo e revistas baratas? A dieta constante [...] desse tipo de leitura poderá produzir por saturação determinados resultados?”. Em certos aspectos, sua resposta era contundente: “a dedicação exclusiva a esse tipo de literatura pode fazer com que os leitores passem a recusar toda a literatura séria e responsável, a favor de uma literatura sensacionalista e fantástica, produtora de sensações triviais” (Hoggart 1973, 86). Por outro lado, esse temor convivia com um entendimento que guardava sua carga de ambiguidade, pois “parte-se geralmente do princípio de que as classes trabalhadoras são mais influenciadas por aquilo que lêem do que é realmente o caso” (Hoggart 1973, 94).

A ambivalência presente nessas considerações não me soa inapropriada. Pelo contrário, parece-me bastante sugestiva já que acompanhar os sentidos das condutas de

trabalhadores registrados nesses materiais instiga a admitir a presença de resiliências fortemente provocadoras. Elas são passíveis de um senso de permeabilidade capaz de enxergar concatenação no que nem sempre se revela coerente com aquela congruência reivindicada acima nas palavras de Adorno (2009).

Então, retomo os registros de pautas e demandas encaminhadas à Rádio Difusora, assim como as questões que envolvem os termos de sua formulação, evidenciando a urdidura tecida no diálogo entre desiguais. A tensão latente expõe o tecido social engendrado nessa relação de poder. O material manuseado enquanto ponto de interlocução se firma em um equilíbrio que implica em sinuosidades e instabilidades pouco afeitas a generalizações demasiadamente abstratas, uma vez que estão sempre sujeitas às ponderações personificadas nas condutas dos que dela tomam parte – incluindo a atuação de proprietários desses meios de comunicação.

Em suas primeiras edições, no final de 1966, noticiou-se um escambo comercial que associava os interesses da nascente empresa radiofônica com a emergente empresa de transporte rodoviário que operava na região. A primeira, interessada nas correspondências que tanto aguardava como referendo de sua sintonia; enquanto a segunda movia-se em favor da divulgação de seus serviços. Uma “Troca de favores” abertamente esclarecida, inclusive no que diz respeito ao comportamento esperado dos possíveis ouvintes: estes deveriam “entregar essas cartas nos pontos de parada de ônibus, para que os motoristas recolham estas cartas e as entreguem na rodoviária nesta cidade. Diariamente a rodoviária nos fará a entrega dessa correspondência”.¹⁷

Uma sistemática que suscitava alguns esclarecimentos, dentre eles uma advertência claramente otimista, talvez demandada pela empresa rodoviária, solicitando que os interessados “não atacassem o ônibus na estrada para entregar cartas [...] porque o ônibus não pára para isso. Só nos pontos de parada”. Além disso, deixa transparecer que esse era um empreendimento bastante incerto, carecedor de estímulos agraciadores capazes de promover a efetiva adesão àquela modalidade de comunicação. Porém, esclarecia-se que “as cartas mandadas para a rádio não custam nada [...] Essa é a nossa combinação com a Expresso Princesa do Oeste”.¹⁸

Deve-se dizer que se trata de uma ativação bastante lúcida. Afinal, se esse era um negócio promissor, ainda não se apresentava em seus melhores dias, restando certo ato de fé de seus idealizadores e financiadores. Isso extrapolava o logro das margens de remuneração do capital investido, alcançado com o próprio êxito de constituição da empresa radiofônica como projeto de comunicação social – o que só seria possível mediante a cativação de interlocutores.¹⁹

¹⁷ “Troca de favores”. *Difusora do Paraná*, 10 dez. 1966.

¹⁸ “Troca de favores”. *Difusora do Paraná*, 10 dez. 1966.

¹⁹ Kunzler e Wilmsen, ocupadas em alinhar “estórias dos veículos de comunicação do município [...] contadas por seus protagonistas”, destacam que o proprietário fundador da Rádio Difusora do Paraná revelaria, em um de seus depoimentos, que a rádio, “nos cinco primeiros anos, não foi um negócio muito rentável”. Conforme registraram, em tom assemelhado àqueles cravados nas lápides dos que são postumamente gracejados com deferência e distinção, “todo mês Arlindo tinha que tirar dinheiro

Medidas com esse caráter, destinadas a erigir a pavimentação de caminhos que ligavam o “público ouvinte” aos “produtores da comunicação”, expunham as contradições de um processo que até comportava a desigualdade entre os interlocutores, mas dificilmente sobrevivia à onipotência e/ou exclusividade das ações de seus promotores. Longe de algo que sugerisse uma distribuição equitativa das ações, os diretores promoviam concessões às iniciativas dos que não se sentiam contemplados com a mera posição de ouvintes, incorporando pautas e narrativas, apesar de sempre sujeitas a censuras e/ou rasuras, ainda que não concebidas no processo editorial.

Incorporações admitidas em proveito da própria expectativa de sustentação do conjunto de aspectos reunidos no chamado macro interesse editorial. Pois, além das cartas (inscritas em seus variados enredos), outros empreendimentos alimentam essa interação em auspiciosos estratagemas.²⁰

Houve promoções criadas a partir de jogos de adivinhação, onde o participante deveria acertar o momento de interrupção do funcionamento de um relógio, operado pelo locutor de um programa qualquer. Em caso de acerto, o vencedor ganharia o próprio despertador empregado na competição. Engenhosidade com “premiação simples e modesta”, mas capaz de contar “com mais de duzentas cartas”.²¹

Outras iniciativas, interessadas em identificar o alcance da transmissão e as alianças a respeito da programação produzida pela emissora, eram travestidas de “curso”. Nessas oportunidades, estabeleciam-se certas diretrizes de formulação para as cartas:

do próprio bolso para mantê-la [...]. Passados os cinco primeiros anos, a Rádio Difusora começou a dar lucro e se tornou autossuficiente”. Uma perseverança que parece anunciada como resultado da combinação entre altruísmo comunitário e arrojo empresarial. O que, para tal, deveria se desvencilhar de outra possível motivação, quase sempre à espreita, pronta para suscitar fissuras nessa versão; qual seja, a de que “apesar de ser propriedade de um ex-prefeito, a emissora não tinha tendência política”. Uma narrativa voltada a atribuir sentidos ao passado, tido como ocorrências encerradas em um tempo perdido e afastado. Entretanto, no momento da entrevista, quase meio século depois, quando já não participava da empresa de comunicação, a versão parecia bem mais crível e bem menos nobre: “hoje a rádio é um grande negócio [...] Ele considera que o jornalismo atual quase sempre é político, inclusive na Difusora, e sempre tende para um lado, mesmo que indiretamente”. Sobre o quadro completo da genealogia proposta, ver Kunzler e Wilmsen (2006, 27-29).

²⁰ Acredito que esses procedimentos guardam relação com os encetados em nossos dias, sendo reveladores das mais estarrecedoras e ostensivas incitações de comportamentos com identificação midiática. Muitas daquelas iniciativas se fazem entrever em algumas das atuais práticas de comunicação, reelaboradas na autofagia de seus programadores. Santos (2010) se deparou com cartas enviadas a programas de televisão (com produção a baixo custo e direção voltada ao público mais empobrecido); e destacou a agudeza desses aspectos de engendramento da comunicação social. Ele teve acesso a correspondências que requeriam sua inclusão no “sorteio do bife”. Evento que premiava com alguns quilos de carne conforme a participação do telespectador. Em relação à Rádio Difusora, sua busca por esse contato fez ampliar os mecanismos de ações: atualmente promove sorteios, premiações e o diálogo com ouvintes via redes sociais, por aplicativos de celulares, além de página própria em que divulga áudios e imagens de matérias de sua programação diária, sendo possível deixar comentários.

²¹ “Ganhadora do relógio retirou o mesmo hoje”. *Difusora do Paraná*, 28 fev. 1968.

Deve, em sua missiva, salientar o som, a programação, e tudo o que se refere à Rádio, inclusive suas opiniões particulares. Será oferecido um disco long-play gratuitamente a quem escrever do ponto mais distante. Isso servirá para um incentivo maior, e para nós será de importância, pois precisamos saber em que ponto se encontra a potência do nosso transmissor. Contamos com o espírito de colaboração de nossos ouvintes, e aguardamos correspondência.²²

Contar e aguardar foram verbos usualmente conjugados pela emissora na sua relação com o público – exercício de comunicação praticado em mais de seis décadas de funcionamento. Nesse amplo leque de seus correspondentes, interessaram-me as opiniões depreendidas das presenças e imagens registradas no relacionamento com trabalhadores; os quais dificilmente viram apenas no long-play o “incentivo” de ativação do “espírito de colaboração” frente às investidas e assédios embutidos em tais iniciativas. Tal qual aquela carta elaborada por Eunice em 2010, mencionada no início do texto.

Essas aproximações, produzidas entre a rádio e o público ouvinte, uma vez suscitadas, abrem possibilidades de comunicação nem sempre definidas por previsibilidades, mas ativam o diálogo, ainda que assimétrico em relação aos dramas, às pressões e às expectativas de muitos trabalhadores. Francisco, trabalhador rural rendeiro, ao bater à porta da emissora em uma visita inesperada em 1975, expôs o interesse em comunicar seu infortúnio. Encontro que resultou na narração de sua história como fascículo dramático no dia seguinte:

Sábado que passou, um pavoroso incêndio acabou por destruir uma modesta residência de uma não menos modesta família, residente no distrito de São Roque. Ontem à tarde, recebemos a visita do Sr. Francisco, que trabalha e mora como arrendatário em terra de propriedade do Sr. Silvio [...]. Ele próprio narrou o fato para a nossa reportagem. Francisco, um senhor ainda bastante jovem, é casado com a Sr. Érica, com a qual tem quatro filhos: Renato, de 6 anos; Geneci, de 5 anos; Loreni, de 3 anos e Geni, de apenas 6 meses de vida. No sábado, Francisco e sua esposa, dona Érica, trabalhavam à noite, aproximadamente às 20:30 horas, a uns dois mil metros da residência, trilhando soja da pequena lavoura de um alqueire e meio, entre soja, um pouco de hortelã e milho, o que mal dá para o sustento da família. Em dado momento, Renato, filho do casal, chegava afobado, contando aos pais que a casa tinha pegado fogo. Pelo caminho de volta, encontraram Geneci, de cinco anos, que corria assustada, tropeçando pelas madeiras existentes no meio da lavoura, que não é mecanizada, porém, como se diz na gíria, lavoura feita a muque. De longe, puderam avistar a casa tomada pelas chamas, e o pior... faltavam as duas crianças menores. Segundo Renato e Geneci [...], Loreni não quis abandonar Geni, de seis meses, que se encontrava no berço, dormindo. A pequena heroína, de apenas 3 anos, não quis abandonar a irmãzinha, tendo inclusive tentado tirar a pequena do berço, mas não conseguiu. Loreni aguentou o calor o quanto pôde. Como o fogo alastrou-se rapidamente pela pequena casa de madeira, de duas peças, Loreni também saiu. Nesse momento, chegavam os pais. Francisco adentrou a pequena casinha em chamas e conseguiu tirar sua filha Geni, que foi levada às pressas ao hospital, já com o rostinho chamuscado pelo fogo, que rodeou sua pequena caminha,

²² *Difusora do Paraná*, 3 dez. 1966.

estando agora fora de perigo. O desditoso casal e seus quatro filhos, mesmo contando com auxílio de vizinhos, nada puderam fazer e somente apreciaram atônitos a dantesca cena da destruição total da modesta casa que abrigava a família e tudo o que existia no seu interior, inclusive ferramentas e 15 sacas de soja colhidas à mão. A família ficou somente com a roupa do corpo, e hoje está vestindo roupas emprestadas, e passando estes primeiros dias na casa do seu vizinho Orlando [...] que cedeu uma beiradinha do seu teto à família que ficou desabrigada. O fogo originou-se quando o pequeno Renato mudava a lamparina de lugar, pois o vento que entrava por uma fresta poderia apagá-la, e ele e seus irmãozinhos poderiam ficar no escuro. Nesta manobra, o pequeno foi infeliz e derrubou a lamparina sobre a cama dos pais, não dando mais tempo para nada. A casa [...] ficava à beira da estrada que liga São Roque a São Cristóvão, medindo 5x6 metros, de madeira. Mediante um fato deste, tomamos a liberdade de lançar um apelo ao público ouvinte, e, levando em consideração o acontecimento, sejamos os portadores de toda e qualquer forma de auxílio a esta família, agora realmente necessitada. As famílias, firmas ou pessoas mais abastadas que quiserem dar a mão nesse sentido, que nos procurem.²³

A linguagem expressa nessa documentação tem sua produção acionada pela atuação do trabalhador que buscou alternativas para lidar com a adversidade que vivia. E não me refiro ao estado de dificuldades ordinariamente enfrentado a partir de sua condição de classe – assinalada nas dimensões da moradia, nos limites e nas restrições impostas pelos ganhos advindos de seu trabalho ou pela inexistência de recursos precedentemente poupados para circunstâncias insólitas como essa. Mas, é o caráter de excepcionalidade, enunciado a partir dessa ocorrência, que faz Francisco bater à porta da emissora.

Nesse enquadramento, o enredo elaborado, devidamente alinhavado aos propósitos da emissora, ganha contornos de enternecimento, projetando-se como ponto de identificação e possível contato de diferentes sujeitos, mediados por sua atuação. Peculiaridades sobre desastre, heroísmo, emoção, suspense, superação e solidariedade são associadas em uma narrativa fortemente dramática. Sujeitos com posições e recursos sociais destoantes são reunidos em um mesmo evento, onde a família, devidamente atestada como “realmente necessitada”, é colocada em relação com “as famílias, firmas ou pessoas mais abastadas”.

Esse e outros episódios de convergência expõem uma ardilosa capacidade de exprimir confluências dessa natureza. Nesses instantes, sujeitos desiguais aparecem conectados a partir do valoroso bem comum. Um sentimento despertado a partir do manejo da materialidade histórica, ainda que ambientada em uma trama social que impunha seus próprios desafios aos astutos editores e locutores do periódico. Afinal, a mesma divisão acionada como ponto de identificação revelava as fissuras de tensão sempre prontas a irromperem – impondo, em função da legitimidade de sua posição tutelar, o acolhimento do pleito do trabalhador, uma pauta de privações e desamparo.

Ao reivindicar para si o lugar da intermediação, essa imprensa assume compromissos que, uma vez negligenciados, podem fragilizar suas pretensões de interlocução.

²³ “Incêndio deixa família desamparada”. *Difusora do Paraná*, 13 maio 1975.

Então, admite e incorpora a presença de sujeitos inicialmente alijados da escala de suas preocupações, atribuindo visibilidade a modos de vida sobre os quais atua para ver transformados, tal como “a lavoura feita a muque” – chegando ao ponto de descrever condições de vida quase nunca abordadas, a não ser em episódios tidos como exceção, para não falar da abordagem dessas práticas apresentadas como residuais (sujeitas a caracterizações folclóricas, quando não são anunciadas com desaprovação).²⁴

Essa visibilidade ou mesmo aquelas pequenas concessões mais usuais podem suscitar uma robusta energia de atuação dos seus interlocutores, revelando níveis de ativação talvez vistos como indesejados, capazes de frustrar aspectos importantes do empreendimento de comunicação pensado e planejado para a emissora. Nessa quadra do problema, soluções mais complacentes são avaliadas, dispostas a contornar tais disjunções.

Isso efetivamente ocorreu quando sequer havia completado um ano no ar. Em junho de 1967, via-se impelida a tratar das “cartas que chegam às nossas mãos, e que provem dos diferentes pontos de nosso município”. Muitas eram compostas por avisos, convites e tantos pleitos e, por vezes, contavam com “certa quantia em dinheiro e ainda uma parte que diz: – ‘Queremos este aviso às tantas horas, às tantas horas e em tal programa’”. Essa postura parecia despertar algo tido como inapropriado e inesperado, provocando esclarecimentos: “não temos nada contra o pedido de cada um, mas acontece que nós temos os programas próprios para isso”.²⁵

Conformar esses arranjos não parece tarefa simples. A latência dessa tensão se equilibra em contrapesos muito tênues, exigindo ajustes contínuos e pactuações regularmente renovadas, caso contrário os conflitos podem emergir da instabilidade dessa dinâmica de comunicação. Isso não retira o campo de forças desiguais em que pode atuar e dirimir seus contorcionismos de difusão.

Nesse ponto, por mais contraditório que pareça, os entrechoques nascem da aproximação proposta e da colaboração anunciada. Capaz de provocar brados proferidos em “nota oficial”. Veja-se:

não somos palmatória do mundo e temos responsabilidades e dignidades a resguardar [...]. Esta emissora não é delegacia de polícia e nem justiça comum [...]. Imaginaram se formos descendo ao ponto de ser muro de lamentações, ou um saco de gatos, para atender as lamúrias de todos... E já que estamos nisso, eu, particularmente, tenho recebido cartas pedindo para xingar A ou B. Não aceito o desafio... não estou nesta emissora para isso, caros ouvintes. Posso sim aconselhar, procurar o bem, etc., mas meter-me em xingações, não posso e nem devo. Para isso existe ali o meu amigo Sr. Maier, que, como delegado de polícia, está aí para botar freio, botar bronca até se for necessário.²⁶

²⁴ Além da dissertação de Schlosser (2001), destaco sua tese (2005), onde aponta algumas dessas práticas da atividade rural tidas como nostálgicas e anunciadas pela rádio como algo que fatalmente desapareceria; com as suas devidas correções e/ou repreensões. Uma evidênciação que é revelada justamente quando se discutia as limitações e os desarranjos advindos das práticas emergentes de reorientação das variadas manifestações da produção rural.

²⁵ “Existe espaço para tudo”. *Difusora do Paraná*, 28 jun. 1967.

²⁶ “Uma nota oficial desta emissora”. *Difusora do Paraná*, 17 jun. 1969.

Assim, quando as circunstâncias se tornam desfavoráveis nessa relação entre meio de comunicação e ouvintes, rompe-se o invólucro da voz onisciente, mantida límpida e impávida em muitos momentos, como se localizada acima da atmosfera de tensão em que buscava atuar. Nesse instante, tratou de colocar sua ação em um ponto de suposta neutralidade, algo refutável pela própria linguagem que maneja. Afinal, ao sugerir ter que descer para se aproximar e acessar as tais lamúrias negligenciadas, não deixa de indicar que as camadas mais baixas, acostumadas às balbúrdias dos “sacos de gatos”, não precisavam contar com seu apregoado compromisso para atuar como “palmatória” de muitos dos interesses afetos ao seu mundo.

Essa postura, empreendida para “os de cima”, tal como evidenciada, “não é para atender as lamúrias de todos”. Antes, haveria compromissos a ser resguardados; de forma que, excedidos os limites da margem de atuação razoável encenada (transpostos apenas por aqueles interlocutores mais tempestuosos), logo surgiam as repreensões e/ou censuras.

TRABALHADORES NA CENA HISTÓRICA: MUITO ALÉM DAS ONDAS DO RÁDIO

Em que pese o fato de eleger neste texto o interesse pelos registros radiofônicos, tidos como evidências de suas atuações e relações, eles não esgotam as ações e os sentidos das condutas dos trabalhadores. Essa documentação expressa caminhos de investigação que, entre outros, estão abertos aos que se propõem ao desafio de considerar e refletir sobre os passos assumidos por sujeitos que lidam ordinariamente com os mais indigestos aspectos que envolvem sua condição de classe.

Trabalhadores nem sempre se veem contemplados e/ou anuídos com os conselhos da imprensa, com os freios e as broncas exercidas pela força policial, mesmo nas circunstâncias que suscitam o trato de seus interesses e valores pelas diversas formas de atuação construídas na relação com o sistema judiciário. Espaços de relação sujeitos à tensão e ao conflito tanto quanto o próprio terreno da comunicação social. Eles se constituem como territórios também delimitados nas movimentações de trabalhadores, nas iniciativas engendradas por aqueles “ouvintes” mais resilientes, como também por aqueles comportamentos assumidos por emissores mais impetuosos.

Tendo em vista esse sentido mais amplo, sobre a presença e as imagens registradas nas atuações de trabalhadores, espero suscitar indagações sobre como os registros produzidos por essa imprensa radiofônica expõem, também, as influências e interdições evidenciadas nas pressões exercidas por seus interlocutores. Chamo a atenção para a atuação desses sujeitos na constituição da linguagem elaborada e difundida – destacando os ajustes levados a cabo cotidianamente por editores e programadores.

Neste sentido, esse é um ponto de reflexão que abre os flancos da investigação historiográfica para as efetivas experiências de trabalhadores que se veem envolvidos com essas práticas de comunicação, afastando-os de forma definitiva da condição de meros

receptores de mensagens midiáticas. Minhas considerações sobre essa problemática apenas cumprem a função de indicar um ponto de partida (que não abre mão da materialidade histórica), isto é, o reconhecimento da evidente desigualdade de forças que envolve essa prática e a notória existência de uma relação que ainda parece aguardar investidas mais vigorosas, comprometidas com as ações dos sujeitos destacados.

REFERÊNCIAS

- Adorno, Theodor W. 2009. “O curioso realista”. *Novos Estudos* 85: 5-22. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002009000300001>.
- Barbosa, Marta Emília J. 2006. “Sobre história: imprensa e memória”. Em *Outras histórias: memórias e linguagens*, organizado por Laura A. Maciel et al., 262-272. São Paulo: Olho d'Água.
- Cruz, Heloísa F., e Peixoto, Maria do Rosário C. 2007. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”. *Projeto história* 35: 255-272.
- Freitas, Sheille S., e Carlos M. S. Santos. 2014a. “Campos de vida em terras pulverizadas: imagens de transformações na experiência social de trabalhadores e proprietários rurais – Oeste do Paraná na segunda metade do século xx”. *Tempos Históricos* 18, nº 2: 234-258.
- 2014b. “Entre pretensões e percalços agroindustriais: Oeste do Paraná na segunda metade do século xx e início do século xxi”. *Caminhos da História* 19, nº 2: 97-118.
- 2014c. “Laços de violência em vínculos classistas: trabalhadores rurais na porção Oeste do Paraná – Segunda metade do século xx”. *História & Perspectivas* 27, nº 51: 219-248.
- 2014d. “Trabalhadores rurais e senhores de terra: nos campos da agroindustrialização – Oeste do Paraná na segunda metade do século xx e início do século xxi”. *Antíteses* 7, nº 14: 394-416. <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2014v7n14p394>
- 2016. “Entre colonos e trabalhadores: produção rendeira e assalariamento no Oeste do Paraná (segunda metade do século xx e início do século xxi)”. Em *História do Paraná: novos caminhos e novas abordagens*, organizado por Ângelo Priori, 187-214. Curitiba: CRV.
- Gonçalves, Rosana D. M. 2015. “Rádio entre fronteiras: uma análise dos programas do radialista Ilário Ermindo Kehl – Alemão Louco (1970-2009)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Hoggart, Richard. 1973. *As utilizações da cultura. Aspectos da vida cultural da classe trabalhadora*. Lisboa: Editora Presença.
- Juarez, Octavio U. 2007. “Análise dos emissores e receptores na comunicação de massa”. *Perspectivas Online* 1, nº 2: 111-120.
- Lopez, Débora C., e Mustafá Izani 2012. “Pesquisa em rádio no Brasil: um mapeamento preliminar das teses doutorais sobre mídia sonora”. *MATRIZES* 6, nº 1: 189-205.
- Martín-Barbero, Jesús. 1997. “Os métodos: dos meios às mediações”. Em *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, 258-334. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Maynard, Dilton C. S. 2006. “Entre microfones e bastidores: Estado novo, radiodifusão e intervenção cultural em Sergipe”. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS* 1, nº 35: 81-89. <https://doi.org/10.14393/cdhis.v1i35.499>.
- Oliveira, Valter G. S. 2015. “Vivemos identificados com a civilização, dentro da civilização”: autoimagens urbanas nos sertões da Bahia. *Revista Brasileira de História* 35, nº 69: 301-318. <https://doi.org/10.1590/1806-93472015v35n69014>.

- Pereira, Fagner G. 2014. *Trabalhadores de frigorífico: trabalho, lazer e moradia (1960-1980)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Rosa, Amanda M. 2011. *Memórias, histórias, movimentos sociais: mobilização, comunicação e projeto de luta (Uberlândia-MG, anos 1980)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.
- Santos, Carlos M. S. 2010. “Uberlândia, cidade em disputa – Relações classistas em fins do século xx e início do século xxi”. *Tempos Históricos* 14, nº 1: 189-217.
- Sarlo, Beatriz. 2005. “Um olhar político”. Em *Paisagens imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*, 55-63. São Paulo: Edusp.
- Schlosser, Marli T. S. 2001. “Nas ondas do rádio: a visualização da modernização agrícola no Oeste do Paraná (1960-1980)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- 2005. “Rádio, consensos e dissensos: O reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo oeste Paraná 1980-2000)”. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista.
- Seibert, Carlos Alberto. 2008. “Os moradores do loteamento Ceval na história de Marechal Cândido Rondon (1991-2007): Um estudo de caso sobre a formação do setor urbano-industrial frigorífico e a luta por moradia”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- Silva, Letícia S. da. 2013. “Cidade e experiências de comunicação: cultura, memórias e estratégias de luta de moradores pobres no espaço urbano: Uberlândia (1990-2012)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia.
- Silva, Mayara P. 2012. “Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana.
- Smaniotto, Marcos A. 2008. “A burguesia rondonense em ação: a formação e atuação da Guarda Mirim (1966-1979)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
- 2016. “A modernização conservadora na microrregião Oeste do Paraná (1964-1976)”. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Grande Dourados.
- Souza, Eronize L. 2008. “Prosas da violência: violência e modernidade na Princesa do Sertão (1930-1950)”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia.
- Souza, Enilce L. C. 2005. “Campo e palavras: dimensões da Questão Agrária no Ceará, 1954-1964”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará.
- Teles, Luciano E. C. 2008. “Vida Operária em Manaus: Imprensa e Mundos do Trabalho (1920)”. Manaus. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas.
- Vreeswijk, Anna Maria D. 2008. “Subjetivação e disciplinarização dos sem-terra: uso e controle da imagem fotográfica no Jornal do MST”. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás.
- Williams, Raymond. 2007. “A imprensa e a cultura popular: uma perspectiva histórica”. *Projeto História* 35: 16-26.
- Wilmsen, Ana Paula, e Maria Cristina Kunzler. 2006. *Mídia e memória. Estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Cândido Rondon contadas por seus protagonistas*. Marechal Cândido Rondon: Editora Germânica.

Recebido: 19.07.2018

Versão final: 21.02.2020

Aprovado: 30.03.2020